

AVISO DE PRIVACIDADE PORTAL DA TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA DO SERPRO

I - Nome e Endereço do Controlador

O controlador, pessoa jurídica de direito privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais, de acordo com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), é:

Serviço Federal de Processamento de Dados - Serpro
SGAN Quadra 601 Módulo V
Brasília - DF
CEP 70836-900

Websites:

<https://www.serpro.gov.br/>

<https://www.serpro.gov.br/privacidade-protecao-dados>

https://www.serpro.gov.br/privacidade-protecao-dados/termos-gerais-de-uso-tgu_v2.pdf

<https://www.transparencia.serpro.gov.br>

II - Nome e endereço do Encarregado de Dados

O Encarregado de Dados que representa o controlador é:

André Luiz Sucupira Antonio

e-mail: encarregado@serpro.gov.br

III - Do tratamento, finalidade, compartilhamento e eliminação

1. Como tratamos os dados pessoais?

O Serpro preza pela autenticidade e integridade dos dados disponibilizados. No caso de empregados e dirigentes, os dados são obtidos diretamente do Sistema de Gestão de Pessoas (SGP), enquanto em relação aos empregados terceirizados são obtidos junto às empresas contratadas para a prestação de serviços terceirizados, conforme detalhado na tabela abaixo, sendo posteriormente disponibilizados no Portal da Transparência e Governança do Serpro, em www.transparencia.serpro.gov.br.

Categorias de dados pessoais	Descrição da categoria	Fontes de dados	Titular dos dados
Identificação pessoal	Nome e CPF descaracterizado	Sistema de Gestão de Pessoas (SGP)	Empregados
		Empresas contratadas	Terceirizados
	Nome	Sistema de Gestão de Pessoas (SGP)	Dirigentes
Funcionais	Matrícula, afastamento, classe, referência, unidade, lotação, jornada, data da contratação, ato da contratação, regime contratual, função de confiança, data da última designação, descrição e valor de rendimentos e descrição e valor de deduções	Sistema de Gestão de Pessoas (SGP)	Empregados
	Cargo e regional	Empresas contratadas	Terceirizados
	Função, telefone e e-mail	Sistema de Gestão de Pessoas (SGP)	Dirigentes
Financeiros	Descrição e valor de rendimentos e descrição e valor de deduções	Sistema de Gestão de Pessoas (SGP)	Empregados
	Honorário fixo, gratificação natalina, gratificação de férias, remuneração de substituto, auxílio alimentação, auxílio moradia, plano de saúde e odontológico, seguro de vida, previdência complementar, quarentena, RVA 2019 e 2020, FGTS.	Sistema de Gestão de Pessoas (SGP)	Dirigentes

2. Para quais fins tratamos seus dados?

Os dados pessoais apresentados são divulgados no Portal da Transparência do Serpro, em www.transparencia.serpro.gov.br, para o cumprimento de obrigação legal de transparência ativa estabelecida na Lei nº 12.527/2011 - Lei de Acesso à Informação (LAI), no Decreto nº 7.724/2012, na Portaria Interministerial nº 233/2012 e na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). A Transparência Ativa é entendida como aquela em que há disponibilização da informação de maneira espontânea (proativa).

A LAI e o Decreto estabelecem que as informações de interesse coletivo ou geral devem ser divulgadas de ofício pelos órgãos e entidades públicos, espontânea e proativamente, independentemente de solicitações. Em seu artigo 8º é previsto um rol mínimo de dados que os órgãos e entidades devem, obrigatoriamente, divulgar nas suas páginas oficiais na internet, sendo as informações sobre empregados e dirigentes itens desse rol.

A LDO estabelece que deve ser divulgada em sítio eletrônico relação com informações de empregados terceirizados, devendo esta ser atualizada quadrimestralmente.

3. Compartilhamento de dados

A Lei nº 12.527/2011, o Decreto nº 7.724/2012, a Portaria Interministerial nº 233/2012 e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) estabelecem que os órgãos e entidades públicos devem obrigatoriamente divulgar os dados em seus sítios na internet, podendo estes ser acessados diretamente por qualquer interessado.

4. Retenção e eliminação de dados

Os dados pessoais são eliminados do Portal da Transparência e Governança do Serpro nos prazos seguintes:

Categorias de dados pessoais	Descrição da categoria	Titular dos dados	Tempo de retenção
Identificação pessoal	Nome e CPF descaracterizado	Empregados	6 meses
		Terceirizados	1 ano
	Nome	Dirigentes	Enquanto durar o mandato
Funcionais	Matrícula, afastamento, classe, referência, unidade, lotação, jornada, data da contratação, ato da contratação, regime contratual, função de confiança, data da última designação, descrição e valor de rendimentos e descrição e valor de deduções	Empregados	6 meses
	Cargo e regional	Terceirizados	1 ano
	Função, telefone e e-mail	Dirigentes	enquanto durar o mandato

Financeiros	Descrição e valor de rendimentos e descrição e valor de deduções	Empregados	6 meses
	Honorário fixo, gratificação natalina, gratificação de férias, remuneração de substituto, auxílio alimentação, auxílio moradia, plano de saúde e odontológico, seguro de vida, previdência complementar, quarentena, RVA 2019 e 2020, FGTS.	Dirigentes	Histórico desde julho/2018

IV. Direitos dos titulares de dados

O Serpro respeita os direitos do titular, conforme previstos na Lei Geral de Privacidade e Proteção de Dados (LGPD). Desta forma, dispõe o canal Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação - Fala.BR (www.falabr.cgu.gov.br) para que os titulares possam peticionar e exercer seus direitos, conforme os artigos 9º, 18 e 20 da referida lei.

Relacionamos a seguir os direitos aplicáveis ao contexto do Portal da Transparência e Governança do Serpro:

Direito	Pode ser exercido	Justificativa
Confirmação da existência de tratamento	Sim	
Acesso aos dados	Sim	
Informação das entidades públicas e privadas com as quais o controlador realizou uso compartilhado dos dados	Não	Não se aplica ao tratamento realizado
Correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados	Sim	
Anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com o disposto na LGPD	Não	Não se aplicam ao tratamento realizado, pois a base legal que justifica o tratamento não requer consentimento
Eliminação dos dados pessoais tratados com o consentimento do titular	Não	
Informação sobre a possibilidade de não fornecer consentimento e sobre as consequências da negativa	Não	
Revogação do consentimento	Não	
Direito à portabilidade de dados	Não	Não se aplica ao tratamento realizado